

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

04/05/2026

Sumário

1. 'Déficit anual acende alerta, mas não gera preocupação financeira', diz secretária da Economia 3

O POPULAR ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
3 de Maio de 2026 às 00:00

'Déficit anual acende alerta, mas não gera preocupação financeira', diz secretária da Economia

Visualizar notícia

Prestes a completar um mês no cargo, após a indicação do governador Daniel Vilela (MDB) e posse de ambos, a secretária estadual da Economia, Renata Lacerda Noleto, admite as possíveis consequências do registro de déficit nas contas estaduais por dois anos consecutivos e reforça a necessidade de vigilância para que o gasto de recursos economizados não resulte em descontrole fiscal. Depois de saldo primário negativo de R$ 4,5 bilhões em 2025, Renata estima novo déficit em 2026, no valor de R$ 2,53 bilhões.

Ao POPULAR, a secretária revela que iniciará nesta semana série de reuniões com as equipes técnicas de poderes e órgãos autônomos para deliberar sobre o teto de gastos para cada um, que passa a ser fiscalizado individualmente a partir deste ano, com a adesão ao Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados (Propag). Segundo ela, existe a possibilidade de "redistribuição" do teto global do estado para atender demandas de aumento do teto ou de orçamento, como as já apresentadas pela Assembleia Legislativa (Alego), Defensoria Pública do Estado (DPE) e Tribunal de Justiça (TJ-GO).

A auxiliar de Daniel Vilela ainda nega qualquer preocupação para a retomada gradativa do pagamento dos serviços da dívida junto ao governo federal, que deixaram de ser quitados ao longo dos últimos anos, seja por liminares do Supremo Tribunal Federal (STF) ou pela adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Em 2026, o estado arcará com 20% da conta, que chega a R$ 1,8 bilhão por ano.

Qual foi a principal missão dada pelo governador Daniel Vilela para a gestão até o fim do ano?

O compromisso é de continuidade, manutenção da sustentabilidade fiscal do Estado, do equilíbrio das contas públicas, sem perder de vista os investimentos que são necessários nas áreas prioritárias e que já vêm sendo realizados com êxito nas áreas prioritárias, como segurança pública, saúde, educação e políticas sociais. Então, há essa continuidade e também a vigilância em relação à manutenção do equilíbrio fiscal para preservar aquilo que foi conquistado ao longo de anos. O ajuste nas contas foi o que deu essa condição para investir fortemente e continuar avançando, mas sempre com um olhar muito cuidadoso na manutenção do equilíbrio fiscal e na continuidade dessas políticas públicas prioritárias tão relevantes.

Como equilibrar a manutenção do ajuste fiscal interno se o momento do governo é de gastar a poupança que foi acumulada?

O teto de gastos imposto pelo Regime de Recuperação Fiscal não permitiu que o Estado aumentasse a despesa em termos reais. Isso fez com que a gente, às vezes, limitasse a realização de investimentos em áreas prioritárias, que são importantes e estruturantes. O ano passado foi diferente justamente por isso. Migramos de regime, entramos no Propag, que é um regime muito mais vantajoso para o Estado. Claro, desde que essa despesa seja direcionada para áreas estruturantes. Então, este ano a gente entra com o mesmo compromisso de continuar preservando, mas conseguimos incrementar essas ações de investimento, com o exercício ao longo de todos esses anos de acumular poupança. A gente fez o dever de casa, acumulou recursos e ainda temos disponibilidade de caixa de volume expressivo. É óbvio que, para fechar essa conta, é preciso fazer as escolhas certas. Por mais que o Estado acumule poupança, as despesas são infinitas. Se não fizer uma boa alocação, uma priorização adequada, você compromete. Não é o que acontece aqui. Vou fechar essa conta ajustando, por exemplo, em custeio e realocando o investimento, fazendo uma boa escolha naquilo em que o governador tem discricionariedade.

Mas os investimentos geram aumento de despesas de custeio, como no caso da ampliação da rede de saúde. Existe uma avaliação sobre os impactos dos investimentos nas contas rotineiras do estado?

Foi feito um planejamento. É claro que a gente não vai parar de avançar, mas o planejamento de regionalização e abertura de policlínicas foi concluído. Na saúde é assim: quanto melhor está, mais ela é procurada e essa despesa cresce. Todo investimento, normalmente, vira uma despesa de custeio, uma manutenção. Então, a gente dimensionou bem dentro daquilo que cabe, inclusive, para cumprimento dos mínimos constitucionais em saúde e educação. Então, houve um planejamento de quantidade, de localização, justamente para evitar que essa despesa expandisse para patamares que o Estado depois não conseguisse absorver e manter.

Depois de encerrar com déficit primário de R$ 4,5 bilhões em 2025, qual a previsão para o fechamento deste ano? Haverá novo déficit de R$ 2 bilhões?

É por aí. A LDO que a gente encaminhou à Assembleia Legislativa aponta para esse déficit dentro do cenário e desse intervalo de tempo. Hoje, o que se tem é uma previsão de déficit em torno de R$ 2,53 bilhões, de resultado primário deficitário. É isso que apontamos no anexo de metas da nossa LDO.

O registro do segundo ano consecutivo em déficit não gera uma preocupação?

A vigilância que citei no início da nossa conversa já vem do ano passado, quando a gente fechou o ano com o déficit que foi apresentado na Alego. Esse déficit primário ocorre e é um número que acende um alerta, mas eu não diria que seja um número preocupante para a situação financeira do estado. Ele aponta que é necessário que a gente mantenha essa cautela que nós sempre mantivemos para ter a sustentabilidade fiscal que a gente conquistou ao longo dos anos. Toda vez que eu consumo recurso de caixa, como o que consumimos ano passado e estamos consumindo este ano, vai haver um desencontro. Se estou pegando receita só do ano, sem considerar receitas acumuladas ao longo de exercícios pretéritos, com o recurso da poupança, esse desencontro naturalmente vai acontecer. O problema não é usar e apontar para um resultado negativo. O problema é como você vai usar. Poupei, mas eu vou gastar com o quê? Devemos escolher bem com o que estamos gastando o recurso poupado e é isso que o Estado vem fazendo.

A poupança foi resultado, em parte, do não pagamento dos serviços da dívida com a União. O Estado tem condições de arcar com essa conta?

Isso está dentro do nosso planejamento. Inclusive, o estado de Goiás foi o primeiro a formalizar a adesão ao Propag. Os benefícios são muito maiores e essa conta está no nosso planejamento. Ao trocar o indexador e sair de Selic para IPCA, o serviço anual da dívida cai de R$ 2,5 bilhões anuais para R$ 1,8 bilhão. É muita coisa. A economia da dívida em 30 anos é da ordem de R$ 25 bilhões. Tanto é que a gente já está pagando. De janeiro a abril, por exemplo, nós pagamos R$ 47 milhões à União do contrato refinanciado. Então, nós estamos pagando, isso estava dentro do nosso planejamento.

Qual a perspectiva do estado sobre o cenário econômico para a arrecadação neste ano?

Não diria que é cenário positivo. É um cenário de moderação. A gente vê os reflexos de um conflito como esse no Oriente Médio no cenário comum a todos os estados. Além disso, é ano político, que costuma ser mais sensível e às vezes mexe um pouco com a economia. Então, a nossa leitura para este ano é de cuidado e cautela em relação à receita e, consequentemente, em relação à despesa. Nesse primeiro trimestre, nós experimentamos frustração de receita. Então, o cenário é de vigilância. Não vou falar em otimismo nem pessimismo, mas de alerta aceso para eventual frustração de receita.

Como está o diálogo com poderes e órgãos autônomos para definição do teto de gastos individual? A partir desta semana eu devo agendar as reuniões com as equipes técnicas e com a minha participação. Devo sentar com os poderes e a gente vai discutir as regras, porque a gente precisa encaminhar um projeto de lei ordinária estabelecendo e distribuindo o limite global. Precisamos distribuir isso entre os poderes. Então a fase é essa.

Já há demandas conhecidas de aumento de teto de gastos da Alego, da Defensoria Pública e mais espaço orçamentário do TJ-GO. Existe perspectiva de atendimento? A gente está conversando. Esse início das reuniões com os poderes será justamente para conciliar os pedidos e a necessidade de atendimento, porque isso vai refletir na distribuição do teto. As demandas não necessariamente são só de espaço de teto. Elas às vezes também são de orçamento e, quando há demanda de orçamento, ela naturalmente vai impactar no teto. Por isso a gente agora precisa sentar para entender quais são as demandas. No caso da Defensoria, ela tem demanda por teto. Sendo uma despesa de pessoal, não temos discricionariedade e tem que atender. O Tribunal de

Justiça também tem demanda de pessoal. A demanda dele é por orçamento e, consequentemente, vai impactar em teto. Então, é difícil antecipar o número, porque vai depender muito do que cada poder ou órgão necessita de orçamento ainda para 2026.

No caso da Alego, é possível atender a demanda por mais R$ 100 milhões no teto de gastos? Isso envolve uma recomendação do Tribunal de Contas do Estado nessa reclassificação de uma despesa de 2021. Não é uma determinação, mas uma recomendação do TCE. Se for possível modular isso, o cenário se modifica. Então, se for possível modular essa recomendação, a gente não vai ter problema de teto para a Alego.

Como está o andamento do "Negocie Já II"?

O programa começou em 1º de fevereiro e vai até 31 de julho. Oferecemos descontos de até 99% para pagamento à vista e parcelamentos em até 120 parcelas. Estamos nos três primeiros meses e, mesmo não sendo um momento ideal, já negociamos mais de R$ 1 bilhão, com arrecadação à vista superior a R$ 300 milhões. Então, a gente espera que até 31 de julho o programa performe melhor.

A repetição de programas de renegociação não incentiva o atraso no pagamento?

Existe mesmo essa leitura de que programa dessa natureza estabelece uma cultura de incentivo ao mal pagador, como se fosse um demérito ao bom pagador. De fato, a gente não pode ficar com programas recorrentes, mas, do outro lado, há os cenários econômicos que desafiam a secretaria. O setor produtivo tem sofrido com desaceleração, o setor do agro tem sofrido bastante e o que a gente percebe é a necessidade de facilitar o pagamento, mas sem nunca mexer no valor principal. O Estado busca, assim, aliviar o contribuinte sem abrir mão do ICMS. É preciso desafogar e aliviar o contribuinte, dando desconto na multa punitiva.